

Reportagem Especial

FIM DA ESCALA 6X1

Governo quer agilidade para aprovar proposta

Projeto deve ser enviado à Câmara logo após o Carnaval. Intenção do Planalto é de que a sanção ocorra no Dia do Trabalhador

Francine Spinassé
Rodrigo Peret

O governo federal quer acelerar a discussão sobre o fim da escala 6x1 – onde se trabalha seis dias e se folga um durante a semana – e aprovar um projeto sobre o tema até o dia 1º de maio, data em que se comemora o Dia do Trabalhador.

O tema é tratado com prioridade pelo presidente Lula, e o projeto deve ser enviado assim que o Carnaval passar, com urgência constitucional.

De olho nas eleições deste ano, Lula quer reforçar a narrativa de que, além de ampliar a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, também está oferecendo mais tempo ao trabalhador.

O Presidente quer fazer do fim da escala 6x1 uma de suas grandes apostas nas eleições deste ano, junto com o aumento dos direitos a entregadores e motoristas de aplicativos. O governo petista tem tentado se reconectar com a classe trabalhadora, sobretudo a informal, que, nas eleições municipais de São Paulo, flertou com a direita.

O Presidente criou até mesmo um núcleo no Palácio do Planalto para dialogar com os trabalhadores informais, na tentativa de aproximá-los da esquerda.

Para discutir o projeto, que deve



HUGO MOTTA E LULA vão se reunir na próxima semana para discutir o projeto que o governo pretende enviar

unificar as propostas já existem no Congresso, Lula agendou uma reunião, na próxima semana, com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB).

A reunião também terá as presenças dos ministros Gleisi Hoffmann (Relações Institucionais) e Guilherme Boulos (Secretaria-Geral), que estiveram presentes em um jantar na última terça-feira, em que Lula fez questão de ressaltar que o ideal é a adesão de uma esca-

la de, no máximo, 5x2 – o projeto original propunha um regime de trabalho de 4x3.

A proposta envolve ainda redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, com a possibilidade de diminuição progressiva para 36 horas.

O setor produtivo é contra. Hugo demonstrou simpatia pela ideia e disse a Lula que há apoio político para a aprovação da iniciativa ainda no primeiro semestre deste ano, antes do processo eleitoral.

O presidente da Câmara terminou 2025 com a imagem enfraquecida após o motim bolsonarista que ocupou a Mesa Diretora e a votação de pautas ideológicas, e a aprovação do projeto pode ajudar na imagem do parlamentar, que deve buscar a reeleição este ano.

A ideia do presidente da Casa Legislativa é começar a tramitação na última semana deste mês. O relator deve ser um nome de centro, para reduzir a rejeição da direita.

SAIBA MAIS

Fim da escala 6x1

> **CERCADO POR UMA** intensa mobilização nas redes sociais, o fim da escala 6x1 (seis dias consecutivos de trabalho e um de folga por semana) vem passando por debate também no Congresso Nacional.

Em tramitação

> **ATUALMENTE**, sete propostas discutem o assunto no Congresso Nacional. São quatro na Câmara, uma delas da deputada Érika Hilton; e três no Senado, incluindo a do senador Paulo Paim.

> **EM DEZEMBRO DO ANO PASSADO**, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou uma proposta de emenda constitucional (PEC) sobre o fim da escala de seis dias de trabalho por um dia de descanso e a redução da jornada de trabalho das atuais 44 horas para 36 horas semanais.

> **NO ENTANTO**, para virar lei, o texto ainda precisa passar por diversas etapas: aprovação no plenário do Senado, trâmite na Câmara dos Deputados e veto ou sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

> **NO FIM DO ANO PASSADO**, o texto que tramitava na Câmara estava parado em uma subcomissão especial criada para tratar sobre o assunto. Não havia acordo para votação.

Manifestações

> **AS PROPOSTAS** em tramitação geraram críticas de diversos setores produtivos.

> **PARA MUITOS EMPRESÁRIOS**, regras rígidas podem afetar diferentes atividades econômicas de forma desigual.

> **ENTRE OS ARGUMENTOS**, empresários destacam que o Brasil não registra ganho consistente de produtividade há anos. Também alegam que a mudança teria um peso excessivo para pequenas empresas.

Busca por consenso no Congresso

A decisão do governo federal de mandar projeto próprio sobre o tema passa pelo fato de já existir pelo menos quatro propostas diferentes no Congresso sobre o assunto, cada uma com características específicas.

Em tramitação desde 2015, a PEC n°148/2015 chegou a ser aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e prevê a redução da jornada semanal para 40 horas, inicialmente com redução gradual até 36 horas. A PEC estabelece dois dias consecutivos de descanso determinando o fim do modelo 6x1 após um período de transição.

Já em 2019, a PEC n° 221/2019 visava a redução da jornada semanal e impactos na escala de trabalho, embora esteja parada na CCJ da Câmara dos Deputados e ainda sem avanços recentes significativos.



ERIKA HILTON foi autora de um dos quatro projetos que tramitam no Congresso sobre mudança na jornada semanal de trabalho

Na sequência, em 2025, a PEC n°4/2025, proposta pelo senador Cleitinho (Republicanos-MG), não propunha eliminar diretamente a escala 6x1, mas determinar uma jornada semanal de 40 horas distribuída em 5 dias (5x2), com 8 horas de trabalho, e estabelece que os repouso sejam preferencialmente

aos finais de semana.

Por fim, a PEC n°8/2025, proposta pela deputada Érika Hilton (Psol-SP), por exemplo, visa reduzir a jornada de trabalho semanal para 36 horas, além de reorganizar a jornada para uma escala 4x3 – onde se trabalha quatro dias e folga-se três na semana.

Motta quer tema em PEC

Após o anúncio de que o governo enviará, em breve, um projeto de lei (PL) com urgência constitucional tratando do fim da escala 6x1, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), defendeu que o tema seja tratado por meio de Proposta de Emenda à Constituição (PEC), e não de um projeto de lei.

O líder do PT na Câmara dos Deputados, Lindbergh Farias (RJ), afirmou que o governo prepara o projeto de lei para ser enviado com urgência constitucional, mecanismo solicitado pelo Presidente da República para acelerar a tramitação de projetos, exigindo que a Câmara e o Senado apreciem a matéria em até 45 dias em cada Casa. Se não votado no prazo, o PL tranca a pauta.

A aprovação de uma PEC exige mais votos do que a de um projeto de lei. Propostas de alteração da Constituição demandam três

quintos dos votos dos deputados (308 dos 513) e dos senadores (49 dos 81) em dois turnos de votação em cada Casa legislativa.

Já para aprovar um projeto de lei basta maioria simples (desde que ao menos 257 deputados e ao menos 41 senadores estejam presentes), em somente um turno de votação.



LINDBERGH FARIAS: urgência

Reportagem Especial

SAIBA MAIS

Prioridade

► **EM UMA MENSAGEM** entregue ao Congresso Nacional nesta semana – com mais de 900 páginas – o presidente Lula destacou o que considera essencial para ser aprovado este ano.

► **NO TEXTO, ELE AFIRMA** que o próximo desafio é o fim da escala 6x1 de trabalho, sem redução de salário.

► **ELE RESSALTOU, AINDA**, que o tempo é um dos bens mais preciosos para o ser humano. “Não é justo que uma pessoa trabalhe duro toda a semana e tenha apenas um dia para descansar o corpo e a mente e curtir a família”.

► **O PRESIDENTE** também falou da “urgente necessidade” de regulação do trabalho por aplicativos e criticou a precarização da mão de obra.

Projeto de lei

► **O GOVERNO FEDERAL** deve enviar ao Congresso, logo depois do Carnaval, um projeto de lei com urgência constitucional para acabar com a escala 6x1.

► **O TEMA, ASSIM COMO** a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, é visto como prioridade neste ano para o presidente Lula.



CONGRESSO: tramitação

Debate acelerado

► **O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**, Hugo Motta, prometeu acelerar o debate na Casa.

► **O TEXTO NO SENADO TAMBÉM** está pronto para votação em plenário.

FIM DA ESCALA 6X1

Risco de demissão para 12 mil no Estado, diz estudo

Entre as consequências para o fim da escala 6x1, um estudo aponta que mais de 600 mil empregos formais podem ser perdidos no País.

A redução dos postos de trabalho formais seria motivada pela queda significativa na produção, segundo nota técnica do Centro de Liderança Pública (CLP).

Considerando que o Espírito Santo representa cerca de 2% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, a proporção seria de perda de 12 mil postos de trabalho formais no Estado, segundo o estudo.

A projeção avalia ainda que comércio, agropecuária e construção serão os setores mais afetados se a redução de horas trabalhadas for aprovada pelo Congresso.

No caso do comércio, a produtividade do trabalhador cairia 1,3%, com uma baixa de 1,6% no emprego formal, o que significa perda de 164,1 mil empregos no País.

Incluindo outros setores, as projeções indicam mais de 600 mil empregos formais perdidos.

Conforme a nota técnica, se o fim da jornada 6x1 vier sem redução proporcional do salário, o cus-

to do trabalho por hora sobe.

O estudo cita a experiência de Portugal, que passou de 44 para 40 horas de trabalho semanal, tendo aumento de 9,2% no salário-hora e queda de cerca de 1,7% no emprego e de 3,2% nas vendas.

Para Guilherme Machado Costa, especialista em Direito do Trabalho, o principal impacto é o aumento dos custos operacionais para as empresas, especialmente aquelas que dependem de funcionamento contínuo ou com jornadas ampliadas.

“A reorganização das escalas exige mais mão de obra ou maior pagamento de horas extras, o que afeta diretamente a sustentabilidade financeira dos negócios, sobretudo dos pequenos e médios empregadores”.

Ele enfatiza que, na prática, existe o risco de redução de postos de trabalho, e não de ampliação. “Muitas empresas podem optar por enxugar seus quadros ou automatizar processos para compensar o aumento dos custos trabalhistas, o que pode resultar em menos empregos formais”.

Já o economista Ricardo Paixão



RICARDO PAIXÃO
defende projeto:
“reduzirá a
precarização do
trabalho”



GUILHERME MACHADO diz que mudança pode reduzir empregos formais

avalia que o projeto é importante e que trará impactos significativos na economia.

“Do ponto de vista do trabalhador, a escala 6x1 o submete a uma condição de precarização. Com mais momentos de folga, ele pode aumentar sua produtividade”.

Ele ressalta que, mesmo que o empresário, em um primeiro momento, pense em um aumento de custos, ele também terá benefícios com o tempo.

“Inicialmente, todos terão de se adequar, mas ele poderá reduzir a rotatividade de empregados, custos de capacitação e ainda terá o trabalhador mais pronto para atender às demandas do dia a dia”.

ANÁLISE

Patrícia Motta,
especialista em Direito
do Trabalho e Processo
do Trabalho



“Impacto depende do porte da empresa”

“A proposta pode gerar impactos relevantes na organização do trabalho, especialmente em atividades que funcionam de forma contínua. A redução dos dias trabalhados, sem alteração proporcional de salários e encargos, tende a elevar o custo da hora de trabalho.

Isso pode levar as empresas a reavaliar escalas, turnos e modelos de operação, buscando maior eficiência, seja por meio de reorganização interna, seja com investimentos em tecnologia.

A medida pode produzir efeitos distintos a depender do setor e do porte da empresa. Em atividades que exigem funcionamento diário ou contínuo, pode haver necessidade de contratar mais trabalhadores para recompor as escalas. No entanto, esse movimento depende da capacidade financeira de cada empresa.

Onde o aumento de custos não puder ser absorvido ou repassado, a alternativa tende a ser a redução do quadro de empregados, a reorganização das operações ou a substituição de vagas formais por outros modelos de contratação.

Por isso, o impacto final sobre o emprego não será uniforme e estará diretamente ligado às regras que forem aprovadas e ao grau de flexibilidade permitido.

Empresários criticam possível mudança

A proposta de acabar com a escala de trabalho 6x1 tem gerado forte reação do setor produtivo. Para empresários, a medida tende a reduzir a produtividade, elevar custos operacionais e pressionar preços ao consumidor, além de desconsiderar as particularidades de cada setor econômico.

O presidente da Federação das Indústrias do Espírito Santo (Fides), Paulo Baraona, afirmou que, neste momento, o fim da escala 6x1 afetaria diretamente a produtividade no Brasil, que já é baixa e não cresce há décadas.

“Se reduzirmos ainda mais nossa produtividade, aumentaremos custos operacionais das empresas e, em algum momento, precisaremos repassá-los ao consumidor. O País tem outros problemas muito mais urgentes”.

A Federação do Comércio do Estado (Fecomércio-ES) entende

que a discussão sobre a escala de trabalho 6x1 deve ser conduzida por meio do diálogo e da negociação coletiva.

Nesse sentido, a Federação manifestou-se contrária à PEC, por compreender que medida de caráter constitucional não é o instrumento adequado para tratar um tema que exige flexibilidade e consideração das realidades de cada setor.

O Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado (Sinduscon-ES) também afirmou que o setor vê com preocupação a forma como ocorre a discussão sobre o fim da escala de trabalho 6x1.

O presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Espírito Santo (ABIH-ES), Fernando Otávio Campos, ressaltou que a hotelaria está totalmente apreensiva com essa sinalização do governo de “unificar” e acele-



PAULO BARAONA disse que custos vão aumentar e preços também

rar o fim da escala 6x1.

“Na prática, reduzir jornada sem elevar produtividade, sem desonerar e sem um plano de transição

consistente tende a gerar uma combinação ruim: serviços mais caros, diárias mais altas, menos vagas formais e mais informalidade”.

KADIDJA FERNANDES/A TRIBUNA